



CI Nº 2142024

Data: 27/10/2024

DE: Setor Compras

PARA: Setor de Contratos e Licitações

A/C: Sra. Nilyê Faria,

Prezada,

Solicitamos através deste a abertura de Processo Licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço, visando a contratação de serviços técnicos especializados em Assessoria e Consultoria relativos a assuntos contábeis e financeiros em atendimento à Secretaria de Fazenda.

A referida contratação é essencial para a administração pública municipal por vários motivos estratégicos, técnicos e normativos, especialmente no contexto de conformidade com a legislação e de eficiência na gestão dos recursos públicos.

O valor estimado da contratação é de **R\$ 14.166,66 (Quatorze mil, cento e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos)** mensais, totalizando **R\$ 169.999,92 (Cento e sessenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos)**.

Centro de Custo	Unidade	Ficha	Bloqueio
04	Secretaria de Fazenda	183	563

Atenciosamente,

Tamires de Paiva Ferreira

Coordenação do Setor de Compras

*Recbto em
30/10/24
Nilyê*





TERMO DE REFERÊNCIA

Contratação de empresa/profissional para a execução de Serviços Técnicos de Assessoria e Consultoria Contábil e Administrativa à Prefeitura Municipal de Cataguases pelo período de 12 (doze) meses.

1. DO OBJETO

1.1. Este documento tem por finalidade nortear a abertura de Processo Licitatório, Modalidade Pregão Eletrônico, do tipo Menor Preço, visando a contratação de serviços técnicos especializados em Assessoria e Consultoria relativos à assuntos contábeis e financeiros em atendimento à Secretaria de Fazenda.

2. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO E REQUISITOS TÉCNICOS

2.1. O objeto desta contratação é caracterizado como comum aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações reconhecidas e usuais do mercado (art. 6º, XIII da Lei nº 14.133/2021).

- a) Executar o objeto assumindo exclusivamente com os riscos e as despesas decorrentes da má execução do objeto e perda de prazos.
- b) Estar previamente credenciada no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
- c) Comprovar que dispõe de profissionais qualificados e habilitados para prestação dos serviços.
- d) Executar os serviços contemplando o fornecimento de todo material, ferramental e equipamentos necessários;
- e) Apresentar os funcionários da empresa/profissionais para a realização dos serviços uniformizados e portando crachás com identificação.
- f) Seguir técnicas que sejam pautadas na legislação e normas técnicas vigentes, respeitando as orientações do Tribunal de Contas do Estado.
- g) Executar o objeto utilizando de forma privativa e confidencial, os documentos e dados fornecidos.

2.2. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Para fins de comprovação de qualificação técnico-profissional, deverá ser apresentado (a):



2.3.1. Certidão de Habilitação Profissional que comprove registro ativo no Conselho Regional de Contabilidade, não sendo possível a terceirização do objeto contratado, sendo todos os custos de responsabilidade da CONTRATADA.

2.3.2. Atestado de Capacidade Técnica de pelo menos dois anos, sendo admitido o somatório de atestados para a comprovação do respectivo período, em área pública, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado que comprove que executou/forneceu ou está executando/fornecendo, a contento, o serviço de contabilidade, devendo o(s) documento(s) conter o nome, o endereço, o telefone dos atestadores, ou declarantes.

2.4.2.1. Justifica-se a exigência de Atestado de Capacidade Técnica pela fato da necessidade da Administração de garantir que a CONTRATADA tenha a capacidade de cumprir com as obrigações assumidas quando da assinatura do Contrato, pois se trata de serviços técnicos de natureza continuada, essenciais para desempenho dos serviços.

2.4.2.2. A exigência do atestado de capacidade técnica não frustra o caráter competitivo do certame conforme se pode observar no Acórdão 8364/2012-Plenário, Acórdão 1214/2013-Plenário e, também: Acórdão nº 3121/2016 – TCU Plenário, bem como a Súmula nº 263 TCU. No acórdão do Acórdão nº 2939/2010 – Plenário, fica clara a decisão do E.Ministro: *“por se tratar de serviço de natureza contínua, que podem se estender por longo período, a exigência temporal de experiência mínima no mercado do objeto também é, em princípio, compatível com o dispositivo legal há pouco mencionado, já que o tempo de atuação é critério relevante para avaliar a solidez do futuro fornecedor e, com isso, assegurar boa execução do objeto”*.

2.4.3. Em caso de empresa, deverá apresentar a comprovação da existência de vínculo profissional entre o(s) membro(s) da equipe técnica que desempenhará a execução do objeto e a empresa proponente, podendo ser comprovado através de Contrato Social ou registro em Carteira de Trabalho. Além disso, o profissional deverá apresentar a certidão de Habilitação Profissional que comprove registro ativo no Conselho Regional de Contabilidade.

3. DAS ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

3.1. Para atender às necessidades desta contratação a empresa deverá desempenhar atividades de colaboração técnica à Administração Municipal conforme descrições contidas no ANEXO I deste.

4. DAS CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO DO OBJETO

4.1. Os serviços poderão ser executados remotamente havendo a obrigatoriedade da realização de, no mínimo, 01 (uma) visita semanal à sede da Secretaria de Fazenda da Prefeitura de Cataguases situada na Rua Major Vieira, 212 - 2º Andar - Conjunto de Salas -



Centro - Cataguases-MG, CEP: 36770-060, podendo ser de até 3 (três) vezes na semana conforme solicitado pela contratante.

4.2. O prazo para atendimento das demandas deverá ser de até 24 (vinte e quatro) horas para atendimentos de simples consultas, ou de até 5 (cinco) dias corridos, quando da exigência de emissão de nota técnica, parecer formal, relatório, entre outros documentos; ou outro prazo a ser combinado entre as partes, conforme a complexidade do assunto.

4.3. Nos termos do art. 38 da Lei 14.133/2021, o profissional que eventualmente tenha contribuído com a pontuação devida à capacitação técnico-profissional na proposta técnica da contratada, deverá participar de forma direta e pessoal da execução do contrato, podendo ser substituído por outro profissional de igual ou superior capacidade técnica, desde que previamente autorizado pela contratante.

4.4. Após a assinatura do contrato, o representante da empresa contratada será convocado para a reunião inicial para apresentação das estratégias para a execução do objeto.

4.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 5 (cinco) dias corridos, contados do recebimento do relatório mensal de prestação dos serviços executados no período, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico.

5. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

5.1. A contratação de serviços de assessoria e consultoria contábil é essencial para a administração pública municipal por vários motivos estratégicos, técnicos e normativos, especialmente no contexto de conformidade com a legislação e de eficiência na gestão dos recursos públicos. As principais necessidades incluem:

5.1.1. Envio de Informações Contábeis e Fiscais: deve enviar regularmente relatórios contábeis e fiscais, como balancetes, balanços anuais, e demonstrações financeiras, aos órgãos de controle como o Tribunal de Contas do Estado (TCE).

5.1.2. Declarações e Recolhimento de Tributos: é responsável por declarar e recolher tributos estaduais e federais, como o Imposto sobre Serviços (ISS), além de repassar as contribuições previdenciárias ao INSS e outras obrigações acessórias.

5.1.3. Cumprimento de Normas e Prazos: deve garantir o cumprimento das normas estabelecidas pela legislação fiscal e tributária, bem como respeitar os prazos para envio de declarações, como a GFIP, DIRF, e DCTF.

5.1.4. Gestão de Convênios e Transferências: deve gerenciar os convênios e transferências de recursos estaduais e federais, prestando contas sobre a aplicação desses recursos conforme as exigências dos órgãos concedentes.



5.1.5. Transparência e Prestação de Contas: é obrigada a manter a transparência fiscal, publicando informações detalhadas sobre a execução orçamentária e financeira, e prestar contas periodicamente ao Ministério Público, Controladoria Geral da União (CGU), e outros órgãos de controle.

5.2. A Administração Pública está em processo de adequação à nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021), que alterou significativamente o regime jurídico das contratações públicas, portanto o PCA ainda está em fase de elaboração para posterior publicação.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1. A solução proposta consiste na realização de processo licitatório, adotando o critério de julgamento pelo menor preço, tendo em vista tratar-se de serviço contínuo. O objetivo é contratar empresa especializada e/ou profissionais qualificados para a prestação dos serviços descritos neste Termo de Referência.

7. DA GESTÃO DO CONTRATO

7.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial (Lei nº 14.133/2021, art. 115, caput).

7.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o prazo de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila (Lei nº 14.133/2021, art. 115, §5º).

7.3. Somente o contratado será responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, caput). A inadimplência do contratado em relação aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transferirá à Administração a responsabilidade pelo seu pagamento e não poderá onerar o objeto do contrato (Lei nº 14.133/2021, art. 121, §1º).

7.4. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.4.1. Efetuar o pagamento à CONTRATADA de acordo com o prazo estabelecido, após o recebimento das notas fiscais devidamente atestadas.

7.4.2. Rejeitar, no todo ou em parte os serviços realizados que estiverem em desacordo com a especificação e proposta de preços da CONTRATADA.

7.4.3. Comunicar a CONTRATADA todas as irregularidades observadas durante a execução dos serviços.

7.4.4. A contratante poderá convocar, a qualquer momento, representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.



7.4.5. Solicitar formalmente o reparo, correção, remoção ou a substituição dos materiais/serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

7.4.6. Conceder prazo de 05 (cinco) dias úteis, após a notificação, para a CONTRATADA regularizar as falhas observadas.

7.4.7. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

7.4.8. Designar servidores para realizarem a fiscalização da correta execução dos serviços, que neste caso serão os abaixo:

a) Joana D'arc dos Santos.

b) Luciene Vargas Reis.

7.5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.5.1. É vedado à CONTRATADA subcontratar no todo ou em parte o objeto constante deste Termo de Referência.

7.5.2. Prestar todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATANTE.

7.5.3. Os serviços deverão ser executados conforme Autorização de Fornecimento enviada previamente pela CONTRATANTE.

7.5.4. Assumir inteira responsabilidade pela prestação dos serviços, responsabilizando-se por todas as despesas de pessoal necessário à execução dos serviços.

7.5.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes dos materiais empregados ou da execução dos serviços, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a partir da comunicação da CONTRATANTE.

7.5.6. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados às dependências e equipamentos do CONTRATANTE, quando evidenciada a culpa, por ação, omissão, deficiência e negligência no desempenho dos serviços contratados.

7.5.7. Manter, durante toda a execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital.

7.5.8. Manter preposto, caso necessário, aceito pela CONTRATANTE, para representá-lo no local da execução do objeto contratado.



8. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas serão custeadas pela ficha informada abaixo:

Centro de Custo	Unidade	Ficha	Bloqueio
04	Secretaria de Fazenda	183	563

9. DO VALOR E VIGÊNCIA

9.1. O valor estimado da contratação é de **R\$ 14.166,66 (Quatorze mil, cento e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos)** mensais, totalizando **R\$ 169.999,92 (Cento e sessenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos)**.

Contratação de empresa e/ou profissionais para a prestação de serviços de assessoria/consultoria contábil.			
VALORES	COMPTABILITE AS- SESSORIA E CONSUL- TORIA CONTÁBIL	J.E. SERVIÇOS EM GESTÃO PÚBLICA LTDA	PRECISÃO CONTABI- LIDADE & GESTÃO
	CNPJ: 24.586.258.0001/80	CNPJ: 04.838.643.0001/60	CNPJ: 01.029.544.0001/49
VALOR DAS PRO- POSTAS	R\$ 14.000,00	R\$ 13.000,00	R\$ 15.500,00
VALOR MÉDIO DA CONTRATAÇÃO	R\$ 14.166.66 (Quatorze mil, cento e sessenta e seis reais e sessenta e seis centavos).		
VALOR TOTAL ESTIMADO POR 12 MESES	R\$ 169.999,92 (Cento e sessenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos).		

9.2. O contrato terá vigência de 12 (doze) meses.



Tiago Rodrigues de Souza Reis
Secretário de Fazenda

Joana D'arc dos Santos
Fiscalização do Contrato

Luciene Vargas Reis
Fiscalização do Contrato

Tamires de Paiva Ferreira
Responsável pelas cotações

DECLARAÇÃO DO SETOR REQUISITANTE

Eu, TIAGO RODRIGUES DE SOUZA REIS, coordenador do Setor de Compras, declaro por meio desta que o referido setor cumpriu integralmente todas as exigências estabelecidas pela Nova Lei de Licitações, Lei 14.133/2021, no que se refere ao planejamento, elaboração de estudo técnico preliminar, termo de referência e obtenção de cotações de preços, em total conformidade com as instruções normativas pertinentes.

O planejamento da contratação foi elaborado de acordo com os princípios e diretrizes estabelecidos na Lei 14.133/2021, garantindo a adequada definição dos requisitos do objeto, a escolha do melhor regime de contratação, a definição dos critérios de aceitabilidade das propostas e demais elementos necessários para a realização do processo licitatório.

O estudo técnico preliminar foi desenvolvido de forma detalhada e consistente, contemplando a justificativa da necessidade da contratação, a descrição completa do objeto, os requisitos técnicos mínimos, os critérios de medição e pagamento, bem como quaisquer outras informações relevantes para a compreensão do objeto e a correta elaboração das propostas pelos potenciais fornecedores.

No que diz respeito às cotações de preços, foram obtidas de acordo com as orientações das **instruções normativas pertinentes**, garantindo a realização de pesquisa de mercado e a obtenção de propostas que refletem a realidade dos preços praticados.

Esta declaração tem o objetivo de atestar o cumprimento rigoroso das exigências legais estabelecidas pela Nova Lei de Licitações 14.133/2021 no que tange ao planejamento, estudo técnico preliminar, e obtenção de cotações de preços, demonstrando o comprometimento do setor requisitante em seguir as diretrizes legais e as melhores práticas na condução de processos licitatórios.

Local: Cataguases/MG

Data: 27/10/2024.

Assinatura: 

Nome: Tamires de Paiva Ferreira

Coordenadora de Compras

Secretário de Fazenda

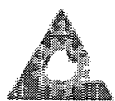
Tamires de Paiva Ferreira
COORDENADORA DE APOIO III
MATRÍCULA: 505484



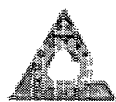
ANEXO I

DAS ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS

- Assessoria e Consultoria à Administração Pública, na execução orçamentária, financeira, patrimonial e de compensação.
- Assessoria e Consultoria na conciliação das contas bancárias.
- Assessoria e Consultoria no encerramento diário dos recebimentos e pagamentos;
- Assessoria e Consultoria no encerramento mensal e anual dos balancetes e balanços;
- Assessoria e Consultoria no acompanhamento do cumprimento das metas da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).
- Assessoria e Consultoria no acompanhamento dos gastos com a manutenção e desenvolvimento do ensino, ações e serviços públicos de saúde, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, ações e serviços públicos de Saúde, Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e demais recursos vinculados;
- Assessoria e Consultoria no acompanhamento da despesa total com pessoal, dívida consolidada líquida e operações de crédito.
- Assessoria e Consultoria no acompanhamento dos repasses ao Poder Legislativo;
- Assessoria e Consultoria nas prestações de contas junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais (SICOM), Tribunal de Contas da União, Secretaria do Tesouro Nacional (RREO, RGF, MSC, DCA), Ministério da Saúde (SIOPS), Ministério da Educação (SIOPE), Ministério da Previdência Social (CND) e outras instituições.
- Assessoria e Consultoria nas prestações de contas de convênios recebidos e concedidos;
- Assessoria e Consultoria nas defesas contábeis junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.
- Assessoria e Consultoria na elaboração e execução dos instrumentos de planejamento público (Plano Plurianual – PPA; Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO; Lei Orçamentária Anual – LOA).
- Assessoria e Consultoria na elaboração e acompanhamento das metas bimestrais de arrecadação, programação financeira e cronograma de desembolso.
- Assessoria e Consultoria no cumprimento das normas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.



- Acompanhamento e controle da aplicação dos recursos previstos em um orçamento, garantindo a transparência, a eficiência e o cumprimento das metas e objetivos estabelecidos no orçamento.
- Revisão das práticas contábeis, incluindo a conformidade com os princípios contábeis geralmente aceitos e outras normas contábeis relevantes, ajudar a assegurar a precisão e integridade dos registros financeiros, o que é fundamental para relatórios precisos.
- Emissão de pareceres por escrito sobre os atos de gestão da despesa pública, no que se refere aos aspectos de regularidade, legitimidade, economicidade e razoabilidade.
- Assessoria e Consultoria no acompanhamento da execução orçamentária, quanto à regularidade de despesas e sua adequação à Lei Orçamentária Anual.
- Consultoria no acompanhamento e análise dos balancetes mensais emitidos pela contabilidade, destacando-se a execução orçamentária, a conciliação bancária, e a execução das receitas e despesas extraorçamentárias.
- Consultoria quanto ao controle dos gastos para garantir que estejam dentro dos limites orçamentários e aprovação das despesas de acordo com os procedimentos estabelecidos.
- Consultoria periódica em função da aplicação da edição de novas leis e normas referentes à área de finanças públicas, inclusive de instruções normativas do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais e da Receita Federal, tais como MCASP, PCASP, EMENTARIO, sendo uma prática fundamental para garantir o cumprimento das regulamentações e a gestão eficiente dos recursos públicos,
- Assessoria, consultoria e treinamento aos servidores quanto ao envio dos relatórios SICOM, CAGEC, entre outros.
- Consultoria quanto às conformidades e regras do EFD-Reinf (Escrituração Fiscal Digital de Retenções e Outras Informações Fiscais) é crucial para as empresas garantirem que estejam em conformidade com as obrigações fiscais e evitem multas e problemas com os órgãos fiscalizadores. O EFD-Reinf é uma obrigação acessória no Brasil que requer o envio de informações relacionadas a retenções de impostos e contribuições, entre outros dados fiscais. Manter um registro dos prazos de entrega das informações ao EFD-Reinf e implementar um sistema eficaz de acompanhamento para evitar atrasos.
- Consultoria em conformidade com as retenções de Imposto de Renda realizadas pelos Municípios sobre pagamentos a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens



ou prestação de serviços é fundamental para garantir que as organizações cumpram suas obrigações tributárias de acordo com a Instrução Normativa RFB no 2145/2023.

- O serviço de consultoria técnica especializada será realizado à distância e presencial mediante visita técnica no mínimo 01 (uma vez) por semana, podendo ser de até 03 (três) vezes na semana conforme solicitado pela Contratante.
- Assessoria, Consultoria e Suporte quanto às Prestações de contas mensais, bimestral, semestrais, anuais e conforme a necessidade da Contratante.
- Emissão de Pareceres Contábeis por escrito: Parecer eminentemente contábil de natureza orçamentária e financeira: Documento elaborado pelos profissionais técnicos, com alta qualidade e precisão para garantir a confiança e a credibilidade do trabalho.
- Emissão de Pareceres e análises quanto aos processos licitatórios, por escrito,
- Assessoria e Consultoria quanto às Legislações, Normativas e Estruturas em Vigor, visando à identificação de possíveis apontamentos de órgãos de controle sobre dispositivos específicos presentes e/ou ausentes nas legislações vigentes;
- Elaboração de diagnósticos situacionais periódicos visando espelhar a atual realidade do Município.
- Auditoria e análise de restos a pagar com verificação da possibilidade de anulação de empenhos.
- Assessoria e consultoria técnica de controle interno para regulamentação e implementação de rotinas e procedimentos, visando promover a avaliação da ação governamental e da gestão fiscal, na forma estabelecida no art. 74 da Constituição Federal, art. 59. N° 4.320/64, além da orientação para elaboração dos relatórios de controle internos mensais e anuais.